

A Destruição do sistema educacional como ferramenta política e suas consequências.

Educação, Desmanche e Igualitária

Por : Luiz Antonio Santos de Oliveira

Resumo

O Objetivo deste artigo é alertar a comunidade escolar para o desmanche do pouco que restou da educação no País, expor a situação e convidar a sociedade para se debruçar sobre essa questão, de forma que, possa encontrar soluções eficazes, continua e permanente, visando uma reformulação corretamente orientada e direcionada para uma escola igualitária e de qualidade, segundo Demerval Saviani (Escola e democracia). Convocar uma reflexão sobre as atuais práticas educacionais e orientações do atual MEC (Ministério de educação e cultura) e ainda, tentar compreender os verdadeiros motivos para tais práticas. Convocar um debate sobre, o que pode ser feito para combater tais efeitos nocivos à Educação Brasileira.

Introdução

O Brasil ao longo dos anos vem enfrentando inúmeras crises em diferentes áreas, fato que não causa espanto, pois um País com um corpo político, em sua grande maioria que prioriza os seus interesses em detrimento dos do povo, não destaca em prioridade o que seria políticas públicas eficazes e capazes de satisfazerem as necessidades de uma nação. Entre essas áreas governamentais mencionadas está a Educação Pública. Certa vez o Professor Darcy Ribeiro disse “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Hoje, refletindo e observando determinadas atitudes governamentais, pode-se chegar a essa conclusão. Basta observar a qualidade e a capacidade dos ministros nomeados para o Ministério da Educação, isso tendo como base o atual governo. Porém,

pode-se observar que tal ataque à Educação já acontece desde muito tempo. No entanto, outros Governos, mesmo com o processo de desmontagem da Educação, mantinham em seu Ministério pessoas ligadas ao campo educacional, o que não deixou de garantir participações no sucateamento da Pasta.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, de acordo com a (constituição, Art 205) No entanto, esse direito vem sendo negligenciado desde muito tempo, tendo no atual Governo, chegado ao ápice. Esse e outros pontos serão abordados neste trabalho, de forma que se possa encontrar um entendimento sobre o assunto e produzir algumas formas de amenizar o estado. Da então agonizante, Educação.

A Educação a luz da Primeira LDB (Lei de diretrizes e bases da Educação).

Com a promulgação da primeira Lei de diretrizes e bases da Educação em 1961, pode-se dizer que seja o marco para a educação, ainda que, na década de 1930 outros educadores já trabalhavam por uma Educação eficiente, pública e de qualidade (Escola Nova). A busca por uma educação para todos e com excelência era o que este movimento procurava, tinham como parâmetros os valores democráticos e uma escola universal, com acesso a todos e com qualidade no ensino de acordo com o estudo de Baia Horta (1982). “Incentivavam a qualidade metodológica da educação básica, pela adoção de uma pedagogia que facilitasse a individualização do educando pela atividade livre e espontânea; que se pautasse por um método *ativo*, estimulando a atividade criadora da criança por meio do exercício prático”. Em meio a essas discussões na IV Conferencia Nacional da Educação em 1931 surgiu um documento intitulado Manifesto dos Pioneiros, que orientava uma educação direcionada à democracia, visando ser inserido na constituição de 1934, vale lembrar que a visão desses pioneiros, apesar de visionária, para a época, já começava a tocar nos interesses da elite existente.

Uma excelente novidade deste manifesto foi a inclusão dos adultos nos planos educacionais, uma vez que, para as crianças, em sua grande maioria, já era difícil, o que pensar dos adultos? Incorporado à Constituição, o Manifesto estabeleceu “o Ensino Primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensivo aos adultos. Para garantir a qualidade para a oferta ampliada de ensino, estabeleceu a vinculação de recursos e a destinação de fundos especiais para a educação, na esfera da União e dos

estados, além do estabelecimento de concurso público para o preenchimento dos cargos do magistério. Além disso, a Constituição assegurou ao recém-criado Conselho Nacional de Educação a competência para elaborar um futuro plano nacional de educação e também participar da distribuição dos fundos especiais”. Com a chegada do Estado Novo tudo que se havia planejado, principalmente, o Manifesto foi paralisado. Pode se dizer que tenha sido uma primeira tentativa de intimidação e ataque a Educação, pois o Manifesto iria de encontro aos interesses dos poderosos da época.

Com a instauração do governo militar em 1964, a Educação toma um novo rumo, ao qual muitas das decisões tomadas, até então, não mais seriam adotadas. A extinção de disciplinas fundamentais ao pensamento crítico, como Sociologia e filosofia, também alterou os conteúdos de História e Geografia, tornando-as uma. Estudos Sociais, pois vale lembrar que “Um povo que pensa é um povo que reivindica” e essas matérias ajudaria o povo a direcionar seus pensamentos e posicionamentos. De acordo com o governo, e isso atrapalharia os planos do então novo Governo. Para O lugar das referidas disciplinas arquivadas pelo governo são lançadas outras, porém alinhada aos pensamentos militares de dominação e direcionamento, neste contexto o governo adiciona ao currículo comum as disciplinas Moral e Cívica e OSPB (Organização social e Política do Brasil) “A disciplina foi criada pelo Decreto-Lei nº 869, em 1969, e previa o culto à pátria, bem como aos seus símbolos, tradições e instituições Os professores ensinavam a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítica e económica do País” A disciplina fez parte da grade de ensino brasileiro de 1964-1985 no que hoje se conhece como Ensino fundamental, tinha um carácter nacionalista direcionado a família e pátria intencionava o controle. Neste contexto Freitas (2009 p.282)

“A retirada do currículo das disciplinas História e Geografia, substituindo-as por Estudos sociais e Educação Moral e Cívica, ministradas com base em manuais que eram, na realidade, canais de comunicação dos repertório políticos governamentais, demonstrava a projeção idealizadora de um futuro trabalhador invulnerável aos apelos da luta política e por democracia”.

Neste momento, fica aparente a intenção do governo em não promover a ascensão das classes C e D por meio de escolaridade, tais intenções aparecem, quando o governo adota medidas que impossibilitam o acesso das referidas classes á educação de qualidade, tendo em vista que, essa medida não buscava a valorização do ensino como uma ferramenta de conscientização política e autónoma conforme intelectuais deste

período estavam defendendo, incluindo Paulo Freire, Gadotti e outros. Essa entre outras medidas tomada pelo governo militar, deixava aparente a motivação capitalista do assunto, pois com as mudanças promovidas no ensino médio, vale lembrar que, a maioria dessas implementações, se deu no ensino médio das escolas públicas, e não houve nada parecido com as escolas privadas. Assim, continua-se a escavação do abismo sócio educacional brasileiro e a valorização do ensino privado em detrimento do ensino público.

Saviani (1994, p. 160 –161) distingue “A sociedade capitalista é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Se os meios de produção são propriedades privadas, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. Se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia. Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção. Mas é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas sem o saber, ele não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas em doses homeopáticas, apenas aquele mínimo para poder operar a produção”. E assim a ciranda continua

Nova República: Um novo direcionamento para a Educação ou uma nova roupagem para problemas antigos?

Com o fim do governo Militar em 1985 e a chegada da tão desejada “Nova República”, questionamentos surgiram em todos os setores da sociedade, e para a Educação não foi diferente. Como ficaria a Educação a partir daquele momento? A sociedade se mobilizava pedindo políticas sócias que dialogassem com o povo, principalmente os mais necessitados, entre esses anseios estão, o de uma escola forte, digna, transformadora, igualitária e de qualidade. Segundo Saviani (2007b), este foi um momento de maturidade para a reflexão acadêmica, e, certamente, determinante para a qualidade da educação brasileira. A influência de educadores na proposta da constituinte de 1988 e as atuações diretas da criação da LDB 1996, indicava que tudo se dirigia para um campo melhor e mais produtivo para a Educação. O que parecia esperança, torna-se “mais do mesmo”, pois, após diversas rodadas de inúmeros debates, em 1990 o Governo do então Presidente Fernando Collor de Melo implanta medidas para conter a repetência

e o atraso dos alunos, de forma ineficaz e ineficiente. Tais medidas atendiam aos interesses do Estado e não das escolas e dos alunos.

O Governo seguiu trocando de presidente, ministros, deputados etc. E a qualidade da educação, pode se dizer que, ora se mantinha na mesma, ora piorava, o que de fato alternava, eram os interesses dos envolvidos no processo de qualificação da Educação. Os compromissos políticos com o desmanche da Educação seguiam a pleno vapor.

Depois de um conturbado governo do presidente Fernando Collor de Melo (impeachment) e Itamar Franco, chega a presidência o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso e com ele uma nova esperança, por se tratar de uma pessoa ligada aos problemas sociais, criou-se grandes expectativas para a Educação. Chegava ao Brasil uma política nefasta, gananciosa, cruel e destruidora, ao menos ao que se dizia respeito à Educação igualitária e de qualidade. O Neoliberalismo pregado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, atendia aos interesses internacionais e privados, pois de acordo com o neoliberalismo, faz-se necessário enxugar a máquina estatal, desta forma, a educação, como um dos ministérios compostos nesse governo, também deve onerar o mínimo possível, o que significa privatizar a educação no máximo que for possível.

Com esse modelo de governo o então presidente FHC criou algumas políticas educacionais, baseadas nos modelos europeus e Americano, sem deixar de observar a atuação da “Mão invisível do mercado” atuando também na Educação Brasileira

As Políticas educacionais que permeavam o governo FHC. Norteavam-se para o campo das especializações e qualificações de mão de obra, pois o maior interesse era o aquecimento da economia, desta forma, gerar mão de obra qualificada, atenderia, não só a economia, bem como, os interesses da classe dominante, pois, tendo em vista que essas política estaria diretamente direcionada às classes mais populares que as contemplariam no Ensino médio, deixando assim, o ensino superior para os participantes da (dominadora) classe A. De acordo com as considerações de Azevedo (2004), “as políticas educacionais operacionalizadas na década de 1990 buscavam, através da escolarização, desenvolver a economia dos países, assim como, subjetivamente, sua estrutura de produção, tecnológica e de mercado”.

Lei de diretrizes de base (LDB)1996

Depois de medidas que dos governos anteriores, como os militares, que afetavam diretamente o Ensino superior e favorecendo diretamente o setor privado, “Mas a medida de maior repercussão na organização do sistema educacional foi a alteração do

pacto federativo, que concedeu autonomia aos municípios para organizar seus próprios sistemas de ensino, independentemente de supervisão dos estados ou da União. Desta forma, criaram-se no Brasil mais de 5, 6 mil sistemas educacionais autônomos, dificultando enormemente a formulação e a execução de uma política nacional, ou mesmo estadual, para o ensino básico”. Tal fato evidenciava a disposição do governo em dificultar o ensino público em favor de uma indústria gananciosa e famigerada do Ensino privado.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso chega também uma nova LDB (Lei de diretrizes e bases para a Educação em 1996, mesmo depois de 8 anos de discussão no Congresso, embora não se tratar de uma iniciativa do Governo FHC, o MEC foi decisivo para sua aprovação. Uma nova reformulação de atribuição foi elaborada. Desta forma a responsabilidade sobre a universalização do ensino fundamental passou a ser dividida entre estados e municípios, ficando a educação infantil a cargo dos municípios e o ensino médio sob responsabilidade do estado. O ensino superior público e o setor das universidades privadas ficaram por conta da União. Pode-se dizer que, essa nova organização proposta pela LDB, não foi, em sua grande parte ignorada pelo ensino superior público, o que causa espanto, o que não se pode dizer em relação as universidades privadas, que tiraram muito proveito, principalmente financeiro.

Algumas ações do governo FHC tiveram boas repercussões, não somente no Brasil, bem como, internacionalmente, foi o caso da “ montagem de um sistema de avaliação a partir do SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), cuja excelência foi reconhecida internacionalmente, tornando-se um instrumento fundamental para a formulação de políticas públicas. No ensino superior foi instituído, com o principal critério de avaliação, o Exame Nacional de Conclusão de Curso, conhecido como Provão”.

Governos Lula(Luiz Ignácio Lula da Silva) e Dilma Rousseff, em fim um governo de Esquerda, o que se pode esperar?

O governo Lula (Luiz Ignácio Lula da Silva), por meio de algumas emendas descaracteriza alguns pontos da LDB para atender a anseios particulares, o que criticava nos governos anteriores. Tomando como base o ensino fundamental e médio, é correto dizer que, desde o governo Itamar Franco, que sucedeu Fernando Collor de Melo por questão do impeachment, as taxas de matrículas cresciam bastante, no entanto, isso ocorria basicamente nas séries iniciais, e no governo FHC passou a crescer nos anos finais, o que pode indicar que houve um maior número de alunos se formando, porém

no governo Lula, essas taxas começam a esmorecer, mesmo nas séries iniciais que já apresentavam um grande nível de universalização. Em contrapartida, “o índice de crescimento anual do ensino médio, muito pequeno até o governo Itamar, acelera substancialmente durante o governo Fernando Henrique e cresce muito pouco no governo Lula”. Por sua vez, o ensino superior que teve um período de estagnação entre 1985 e 1995, ainda que sofrendo uma elitização no governo FHC, inicia o crescimento no referido governo e acelera no governo Lula, o que acontece também ao ensino médio.

Importante ressaltar que, um dos principais alvos dos gananciosos usurpadores do sistema de ensino público, o Ensino superior inicia a sua ascensão econômica, ainda no governo militar em 1965 e tem um enorme aumento entre 1970 e 1980, quando tem uma pequena queda entre 1985 e 1995. No entanto, no governo neoliberalista de Fernando Henrique Cardoso inicia-se um movimento ascendente do domínio das instituições privadas de ensino sobre as públicas, e tem uma pequena queda no governo Lula.

É justo afirmar que as implementações das ações afirmativas no governo Lula são motivos de brigas e discussões, pois por meio destas, iniciou-se um projeto de diminuição da desigualdade, ao menos cultural no Brasil, não que isso seja efetivamente aceito, quando muito, tolerado por parte da sociedade. Para muitos, o que importa é a falsa sensação de se sentir superior. Principalmente em relação aos Negros e mestiços, mesmo sendo a maioria da população brasileira. No entanto, é uma afirmativa verdadeira dizer que Fernando Henrique Cardoso deu o pontapé inicial ao processo de mudança quando assumiu publicamente que o Brasil é um país racista e iniciou diligências para sanar o problema. Conforme matéria publicada em 2014 no site do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), no primeiro ano da gestão do tucano foi criado um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de sugerir ações e políticas de valorização da população negra e, graças a essa iniciativa, posteriormente foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir.”

Contudo, Santos (2014) defende que tanto na administração de Fernando Henrique Cardoso, de orientação pró-mercado ou neoliberal, quanto na gestão Luiz Inácio Lula da Silva, de orientação pró-políticas sociais, a questão racial e/ou as desigualdades raciais, assim como as propostas de combate ao racismo, não foram priorizadas. “O presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de inaugurar mudanças nos discursos oficiais brasileiros e nos marcos normativos sobre a questão racial, não apoiava aquelas políticas explicitamente. O presidente Lula, apesar de explicitar verbalmente o apoio a

tais políticas e criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no seu primeiro ano de governo, não implementou nenhuma política de ação afirmativa para estudantes negros nas instituições de ensino público superior brasileira. (SANTOS, p. 40)” O que pode-se dizer que houve algo de assertivo dos governos para a educação, não que não haja interesses particulares embutido. Pois em nada ficou provado, até o presente momento, quanto as políticas de afirmativas do governo Lula e Dilma.

Governo Michel Temer e o “capitalismo selvagem”.

Oriundo de um suposto “golpe de estado”, assim inicia o Governo de Michel Temer. Neste governo ficam claras as intenções neoliberalista, entreguista e nefasta em relação a Educação no Brasil, os interesses privados sobrepõe os públicos e a máquina estatal inicia um processo de deformação de educação pública. O Governo Michel Temer continua o desmonte da educação. A vítima da vez é o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a revogação de decretos que nomearam novos membros do CNE. Os conselheiros desligados do CNE haviam sido indicados e oficializados, em maio de 2016, pela presidenta Dilma Rousseff. Também a publicação da MP nº 746, de 22 de setembro de 2016, que retirava a obrigatoriedade de disciplinas como Sociologia e Filosofia, como uma forma de limitar o pensamento crítico dos alunos e assim torná-los presas fáceis para manipulação, outra ação danosa à educação foi a aprovação da PEC que 55 congela os gastos em políticas sociais e desmonta a estrutura de financiamento para os diversos níveis da educação prevista na legislação, essas entre outras decisões tomada pelo congresso, cujo Temer tinha maioria, e outras tomadas por meio de MP (Medida provisória), colaboraram para o caos que pode ser observado na educação atual do País

Chega ao poder o mecanismo de destruição, Jair Messias Bolsonaro.

Um novo presidente chega ao poder e os métodos e metodologias de destruição da educação, sofrem algumas mudanças, evidente que prejudiciais. Afinal de contas, no que se refere a destruição da educação, o projeto continua ativo, tendo em vista que desta vez contará com maior tempo para consolidação ou mesmo destruir o máximo possível, pois o presidente Bolsonaro terá 4 anos, fato que o seu antecessor não teve. Um governo eleito por meio de fake news, e que aposta no não esclarecimento do povo, na falta de cultura, na não escolaridade em massa entre outros métodos para se manter no poder. A começar pelas escolhas dos seus ministros da Educação:

De acordo com *Gabriela Bernardes e Luíza Vitorino, estagiárias sob a supervisão de Fábio Grecchi* (Correio Brasiliense).

1: Colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez.

Sugeriu uma revisão nos livros didáticos para reformular como a ditadura militar e o golpe de 1964, pediu às escolas de todo o Brasil que gravassem os alunos cantando o Hino Nacional e que fosse lida uma carta com o slogan eleitoral de Bolsonaro — “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Numa entrevista a um semanário, analisou de forma preconceituosa seus compatriotas.

“O brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisa dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião, ele acha que pode sair de casa e carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola”, disse.

2: Abraham Weintraub, dono de imenso apetite para a confusão. Além de afirmar que as universidades públicas eram um “antro de maconheiros” e uma “balbúrdia”, não se furtava em aparecer em situações constrangedoras. Tal como quando postou no Twitter uma suposta paródia de Gene Kelly no clássico do cinema *Singing in The Rain* para rebater a acusação de que reduzira as verbas destinadas à recuperação do Museu Nacional, destruído num incêndio em 2017.

A gota d’água, porém, veio depois que chamou os “Ministros do Supremo Tribunal Federal de vagabundos”, na já histórica reunião ministerial de 22 de abril de 2020, e quando “denunciou” um suposto plano chinês de dominação do mundo pós-pandemia de covid-19. Foi denunciado na Justiça por racismo, incluído no inquérito das fake news do STF e, a seguir, dispensado.

3: Professor e economista Carlos Decotelli, pensava-se que o MEC entraria numa rota de serenidade. Mas, em poucas horas, procuradas pela imprensa para a confirmação dos títulos acadêmicos, as universidades de Rosário (Argentina) e de Wüppertal (Alemanha) negaram que ele tivesse o doutorado e o pós-doutorado que Registrou no currículo Lattes, Ficou no cargo” apenas cinco dias e sequer foi nomeado.

4: Pastor evangélico Milton Ribeiro — doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e ex-reitor da Universidade Mackenzie — assumiu o MEC. A precedê-lo, porém, havia vídeos de cultos que presidiu nos quais culpou a linha existencialista ensinada em universidades pela “prática totalmente sem limites do sexo” — algo que

também seria estimulado, segundo ele, pelos métodos contraceptivos . Além disso, Ribeiro defendeu que as agressões façam parte da educação das crianças porque considera ser a inocência delas “relativa”. Outra posição que externou, mas relacionada aos tempos de antes do MEC, é que “quando o homem não impõe a direção que a família vai tomar” a porta fica aberta aos desvios”. Defende que universidades seja exclusivamente para ricos e que portadores de necessidades educacionais especiais, atrapalhando quando em sala de aula. Isto é, tais declarações vindo de um ministro da Educação fortalece a necessidade de uma substituição adequada, não só de ministro, bem como do presidente, e principalmente uma reformulação educacional profunda, de forma que possa, ao menos amenizar os danos causados e futuramente, dialogar com as reais necessidades e anseios da população.

Considerações finais

Neste artigo observou-se que a educação em carácter público e gratuito, nunca foi prioridade de nenhum governo, aqui mencionado, e que sempre os interesses dos governantes priorizaram a educação privada, seja por questões políticas ideológicas ou por questões financeira. Na maior parte, a questão financeira é o que predomina, observou-se também que decisões tomadas no governo militar voltaram a ser aplicadas outros governos. A Educação é uma pasta estratégica para os governantes, pois ,além de ser uma pasta na qual movimenta-se enormes quantias de dinheiro, é uma área que orienta a política no País. É na educação que o governo teme ao povo , pois quanto mais instruído o povo, mais reivindicações este fará.

Pode-se observar que a medida que a escolaridade do povo, em geral, aumentava ,mais o governo teria que se explicar. Os governantes aqui mencionados, sempre buscaram meios para que a escolaridade do povo não chegasse a plenitude. Alguns até mascararam interesses por meio de ações que repercutiram e repercutem até hoje, porém com certa timidez e cuidado. Fica bem claro que é necessário ocupar o ministério de educação com Educador ou alguém da área da educação, e que esteja de fato, intencionado a ministrar os interesses da educação, principalmente a educação pública. Não é correto empossar um Ministro da educação que dialogue com a área ,que intenda dos problemas, que se interesse por educar para todos sem distinção de classes, cor, credo, género ou orientação sexual e que tenha como referência o pensamento de Demerval Saviani (Democracia e Democracia) Uma escola de qualidade e igualitária para todos.

Referencias Bibliográficas

FREITAS, Marcos Cezar. História social da educação no Brasil (1926 – 1996). São Paulo: Cortez, 2009. p. 145-166.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil* Campinas: Autores Associados, 2007b.

Fonseca, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social, 2009. Scielo Brasil

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Durham, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. *Novos estud. CEBRAP* (88), 2010.

ROCHA, José Geraldo da. SANTOS, (orgs). Ivanir dos. *Diversidade & ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007

Moura, tania matias. *Políticas afirmativas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff*. Intercom; Vitória – ES, 2019

Site consultado

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/08/4945077-historico-de-ministros-da-educacao-e-de-gafes-e-impropriedades.html>

